

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Data: 28 de fevereiro de 2013, 14h30 às 18h30

Local: Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios, bloco B, 5º andar, sala multimídia - Brasília/DF.

Pauta:

1. Informes:
 - GT REDD
 - Projeto GEF: Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chave do Brasil
2. Apresentação das contribuições dos Ministérios sobre o texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SMCQ/MMA) abriu a reunião dando as boas-vindas aos presentes, apresentou a pauta e sugeriu inversão na ordem dos temas a serem tratados. Em seguida, passou a palavra ao Diretor de Mudanças Climáticas do MMA.

1. Apresentação das contribuições dos Ministérios sobre o texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

Representante do MMA informou que a intenção é que no processo de atualização do PNMC sejam analisados os pontos do Plano que necessitam ser considerados para refletir os avanços que ocorreram desde 2008 e apresentou proposta de estrutura de texto para orientar esse trabalho de atualização. A proposta foi elaborada com base em contribuições prévias de membros do GEx, destacando-se MRE, MME, MCidades e MMA. A base para a atualização é o próprio PNMC lançado em 2008.

Representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) manifestou preocupação com a palavra “atualização”, já que foi questionado externamente ao GEx sobre a realização de uma “atualização” e não de “revisão” do Plano, como previsto na Política Nacional sobre Mudança do Clima. Esclareceu-se que a atualização está inserida no processo de revisão como um primeiro passo desse processo.

Representante do Ministério de Minas e Energia (MME) questionou a necessidade da existência do item “Histórico e processo de atualização do PNMC”. Representante do MMA explicou que a sugestão é de incorporação do item à Introdução, sem ser apresentado como um item isolado, que era a forma original.

Membros do GEx concordaram.

Representante do MME demonstrou preocupação com a apresentação de estimativas de emissões no Plano Nacional, e sugeriu que se concentrasse nos dados do Inventário. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) esclareceu que seria feita referência às estimativas e sua publicidade ficaria para um documento específico, deixando claro no documento as diferenças entre estimativas e inventários. Representante do MMA sugeriu que seja feito o mesmo exercício realizado em 2008: apresentação dos dados do segundo inventário com a indicação dos dados que estão sendo trabalhados para o terceiro inventário.

Representante do MCTI sugeriu que seja explicado o exercício das estimativas, permitindo que o PNMC tome como base dados já atualizados, qual seja as estimativas de emissões de gases de efeito estufa até 2010 (a serem divulgadas), e não somente os dados do inventário (dados até 2005). Este posicionamento contou com apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ponderou que há diferença

entre inventário e estimativas: o que atualizaria o 2º Inventário seria um 3º Inventário (previsto para 2014), portanto não se justificaria utilizar dados de estimativas; por outro lado, os dados das estimativas anuais atualizam os dados do inventário para um período antes não contemplado (2006-2010), o que não pode ser ignorado. Membros do GEx concordaram em fazer referência às estimativas anuais, destacando a diferença de metodologia entre o Inventário e as Estimativas. Contudo, o detalhamento das estimativas terá documento próprio.

No item “Governança”, representante do MMA mencionou que também deve ser refletida a governança dos Planos Setoriais e de outros instrumentos criados após a publicação do PNMC, em 2008. Representante do Ministério das Cidades lembrou da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) e do FBMC. Representante do FBMC questionou sobre a possibilidade de incluir as comissões de mudanças climáticas existentes em Estados e prefeituras, ao que os membros do GEx concluíram que poderiam ser citadas, porém apenas após manifestação ou solicitação por parte delas na época das consultas públicas. Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sugeriu que seja informado no PNMC que a CIMGC não trata apenas da análise e aprovação de projetos de MDL, afirmando que a mesma foi criada para internalizar o Protocolo de Quioto e por muito tempo foi a única instituição no governo federal sobre mudança do clima.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) informou sobre as dificuldades que tem enfrentado no que diz respeito à falta de formalização legal do Plano ABC. Uma sugestão discutida foi a assinatura de uma portaria conjunta entre MAPA e MDA.

Com relação aos “Objetivos”, representante do MRE observou que o GEx deverá refletir sobre alguns objetivos específicos do PNMC que não foram contemplados pelos Planos Setoriais, sendo necessário que o Grupo reflita sobre como considerá-los no texto de atualização. O representante do Ministério das Cidades acredita que os objetivos devam ser revistos para que reflitam o que há nos Planos Setoriais. O representante do FBMC acha que se houver a exclusão de algum objetivo, esta deverá ser justificada, por exemplo, de “eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015”.

O representante do MME sugeriu agregar o objetivo “Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional...”, ao objetivo “buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz **elétrica**...”, este com a seguinte alteração: “buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz **energética** ...”, o que abarcaria os biocombustíveis.

O representante do MRE alertou que na consulta pública podem aparecer novos objetivos propostos.

O representante do MDIC disse que a relação entre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) e o PNMC deve estar explícita e que o texto de atualização do Plano deverá considerar o que está na Política.

O representante do MMA indicou também que no item referente aos Planos Setoriais deveria haver uma estrutura mínima comum com relação aos vários Planos, tais como objetivos, instrumentos, metas e quantificações mais relevantes. O representante do MME entende que no texto do PNMC, a referência a metas e ações deve ser remetida a cada um dos Planos Setoriais, e não especificada no PNMC.

O representante do Ministério das Cidades mencionou que é importante que o PNMC não seja meramente descritivo e que apresente também os próximos passos e o que deveria ser aprimorado nos Planos Setoriais e seus desafios. Para o representante do MRE, o mais simples seria que cada responsável por Plano Setorial indicasse isso. O Secretário de Mudanças Climáticas do MMA mencionou que o Decreto 7.390/2010 dá as grandes linhas e cada responsável por Plano Setorial apresentaria os próximos passos.

Representante do Ministério da Fazenda questionou sobre a inclusão do Plano Siderurgia na

atualização do Plano Clima e o representante do MDIC disse que tal plano setorial está em processo de revisão.

O representante do MPOG sugeriu que haja um item que indique como será o monitoramento e a avaliação do PNMC.

Representante do MRE acredita que o monitoramento de resultados possa vir no item “Outras Iniciativas” já que o governo vem apresentando vários instrumentos nesse sentido. Sugeriu também que a parte a respeito do Protocolo de Montreal seja incorporada na parte da introdução que tratará do contexto internacional.

Houve uma distribuição de coordenação voltada para a elaboração dos textos, que não exclui a participação de outros Ministérios, a qual, ao contrário, deve ser estimulada:

Parte Introdutória: MMA e MRE; As Emissões No Brasil e o Processo de Aprimoramento de Inventários: MCTI; Governança: MMA + Casa Civil; Objetivos e sua relação com os Planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas: Todos; Planos: Respectivos Ministérios Coordenadores; Impactos, vulnerabilidade e Adaptação: MMA + MCTI; Outras Iniciativas em Desenvolvimento: MMA + MFazenda; Pesquisa e desenvolvimento: MCTI; Educação, Capacitação e Comunicação: FBMC; Instrumentos para implementação das ações: MMA.

O MRE sugeriu que, pensando na manutenção dos grandes tópicos do PNMC, fossem mantidos os itens “Instrumentos para Implementação das Ações” e de “Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação”.

Para o item “Adaptação”, o Ministério das Cidades acredita que haverá uma carência de conteúdo. Pensando nisso, sugeriu que nesse item sejam mencionados os Planos Setoriais que abordem adaptação, a estratégia de adaptação, o que está sendo feito para controle de desastres e também recuperar o relatório sobre pobreza e mudanças climáticas elaborado há cerca de um ano e meio pelo “GT de Mudanças Climáticas, Pobreza e Desigualdade Social” do FBMC.

Com respeito à precificação do carbono, o representante do MDIC lembrou sobre a previsão de operacionalização do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) na Política Nacional e a importância de mencionar esse instrumento econômico no Plano, visto que a África do Sul e a China já anunciaram a criação de uma “*Carbon Tax*” (taxação sobre o carbono).

Concordou-se em manter um tópico denominado “Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação”, e incluir a Estratégia Nacional de Adaptação naquele item, bem como em “Outras iniciativas”.

Representante do FBMC sugeriu que se considerasse no âmbito da atualização do PNMC, o Plano Setorial da Pesca, ainda em fase de elaboração.

2. Informes

2.1. Projeto GEF: Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chave do Brasil

O representante do MCTI informou que seu Ministério não tem, no momento, pessoal disponível para coordenar o “GT Visão de Longo Prazo”, mas que entende que o projeto “Opções de Mitigação de GEE em setores-chave do Brasil”, coordenado pelo MCTI, será uma contribuição deste Ministério para o trabalho do GT .

Representante do Ministério da Fazenda lembrou que a demanda de criação do GT Visão de Longo Prazo saiu das oficinas de revisão do PNMC.

O representante do MDIC disse que essa é uma discussão importante, mas que não necessariamente teria que se iniciar esse ano, e que poderia ficar para depois de 2015, visto que o

tema depende do andamento das negociações internacionais, que eventualmente poderão definir novas modalidades de compromissos aos países em desenvolvimento.

O informe sobre o projeto foi realizado por representante do MCTI, mencionando inicialmente que o projeto GEF ainda não havia iniciado oficialmente. Foi assinado pelo MCTI e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e aguardava a assinatura do PNUMA.

O projeto já foi apresentado para alguns Ministérios, para o GEx e para o Comitê Técnico do Plano Indústria (CTPI).

Os próximos passos serão a contratação da equipe de gestão do projeto, a realização de *workshop* de lançamento do projeto e a instalação de um Comitê Técnico Consultivo.

2.2. GT REDD+

A Gerente de Mudança do Clima e Florestas do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do MMA apresentou informes sobre o grupo, destacando inicialmente, alguns conceitos relacionados à Estratégia Nacional de REDD+. Indicou que se trata de um conjunto de oportunidades de redução de emissões resultantes do desmatamento e da degradação florestal, envolvendo também conservação florestal, manejo sustentável e aumento dos estoques de carbono. Registrhou que não tem o objetivo de regulamentar projetos de mercado voluntário, tratando-se de uma abordagem nacional que deve olhar para outros biomas e outras atividades. Indicou que a estratégia de REDD poderá auxiliar no objetivo do Plano de “eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015”, já mencionado nesta Memória de Reunião.

Informou que o GT produziu um documento sobre a Estratégia Nacional de REDD+, o qual seria encaminhado aos membros do GEx após a reunião, com o objetivo de receber comentários até 15/03/2013. Na próxima reunião do GEx será apresentada proposta de calendário para a consulta pública do documento.

O representante do MRE indicou a importância de já se pensar em como esse documento poderá ser utilizado frente aos dois Projetos de Lei (PL) sobre o assunto que tramitam no Congresso. A representante do MMA disse que há possibilidade de convergência com o que está no Congresso e que há orientação do MMA para trabalhar em um Projeto de Lei substitutivo, do Executivo, mais alinhado com o Código Florestal. Deve-se iniciar uma conversa política que viabilize a apresentação de um substitutivo ao PL que está tramitando. Com relação a isso, o representante do MPOG informou que a próxima tarefa do GT é a elaboração desse substitutivo, mas que o grupo pensou em trabalhar no mesmo após a avaliação do GEx sobre o documento.

Sobre o retorno do documento após os comentários do GEx e apresentação de proposta de calendário de consulta pública, o representante do MRE sugeriu que na próxima reunião também haja uma proposta de atuação junto ao Congresso Nacional.

A representante do MMA concluiu que a articulação com o legislativo foi levantada como necessária pelo GEx.

3. Outros assuntos

Representante do MMA informou que haveria reunião do GT Monitoramento no dia seguinte, 1º de março, às 14:30h, no MMA.

Representante do Ministério da Fazenda questionou sobre como seria o processo de formação de posição dentro do Governo Federal a respeito das propostas e planos de trabalho a serem levados para a discussão com os Estados nos GTs criados no âmbito do Núcleo de Articulação Federativa em clima. O questionamento surgiu pelo fato de que o bom desenvolvimento dos trabalhos no GT Registro de Emissões, grupo coordenado conjuntamente pelo Ministério da

Fazenda e por representante do governo do Estado do Rio de Janeiro, dependerá de formação de consensos e tomada de decisões relativas aos caminhos a serem seguidos ao longo de 2013, como por exemplo, definição dos objetivos por trás da criação de um registro de emissões, qual tipo de registro de emissões deverá ser desenvolvido, etc.

O representante do Ministério da Fazenda entende que as propostas a serem levadas para discussão com os estados não deveriam ser definidas apenas com base na posição do Ministério, mas sim pelo conjunto do Governo Federal. Nesse sentido, seria necessário definir um processo de formação de consensos no âmbito Federal, de modo a balizar o trabalho a ser desenvolvido com os estados ao longo do ano e no qual o MF seria apenas um porta-voz e articulador das propostas junto aos governos estaduais. Concluiu-se que as decisões devem ser discutidas pelo conjunto dos ministérios e que representantes do MMA, MF e MCTI deverão se reunir futuramente para avaliar uma proposta de solução para esta questão.

Representante do MDIC sugeriu que os Planos Setoriais ainda não publicados e as estimativas anuais realizadas em 2012 (dados do período 2006-2010) sejam divulgados conjuntamente pela Presidenta Dilma Rousseff em próxima reunião do FBMC. Não houve consenso, visto que a divulgação das estimativas pode ocorrer anteriormente, dependendo de acordo entre os ministros do MCTI, MMA e Casa Civil.

Representante do MCTI concordou em circular entre todos os membros do GEx o documento sobre as estimativas anuais, realizado em 2012. Foi estabelecido um prazo de uma semana para comentários dos Ministérios, a partir de quando recebessem o material. Os comentários seriam enviados ao MCTI pelo Coordenador do GEx (MMA).

Encaminhamentos:

- Próxima reunião do GEx prevista para 02/04/2013;
- Encaminhar sugestões de texto para atualização do PNMC **até o dia 20/03** para que o MMA envie a consolidação antes da próxima reunião do GEx;
- A responsabilidade pela construção de textos para a proposta de estrutura ficou dividida da seguinte forma:
 - Introdução, histórico e evolução do regime internacional sobre mudança do clima: MMA e MRE;
 - Emissões no Brasil e processo de aprimoramento de inventários: MCTI;
 - Governança: MMA e Casa Civil;
 - Objetivos e Planos Setoriais: coordenadores dos Planos Setoriais;
 - Impactos, vulnerabilidades e adaptação: MMA e MCTI;
 - Outras iniciativas: responsável por cada tema;
 - Pesquisa e Desenvolvimento: MCTI;
 - Educação, Capacitação e Comunicação: FBMC;
 - Instrumentos para implementação das ações: MMA.

Acordou-se que os textos se limitarão a duas páginas, para cada Plano Setorial, e cinco páginas para os grandes temas.

- O documento sobre Estimativas de Emissões seria enviado aos membros do GEx que teriam uma semana, a contar da data do seu recebimento, para apresentação de comentários

- Apresentação pelo GT REDD de proposta de atuação junto ao Congresso Nacional.